

Televisão e cidadania

contributos para o debate sobre o serviço público



MANUEL PINTO (coordenação)
HELENA SOUSA
JOAQUIM FIDALGO
HELENA GONÇALVES
FELÍSBELA LOPES
HELENA PIRES
LUÍS ANTÓNIO SANTOS

Prefácio

POR UMA DEMOCRACIA A VIR. A TELEVISÃO DE SERVIÇO PÚBLICO E A SOCIEDADE CIVIL.

Sabemos como a melancolia diz bem o espírito deste tempo. Agora que o real está em falta e que a nossa época agoniza em sofrimento de finalidade, vemos o imaginário trágico poisar sobre nós e habitar-nos, qual coruja de Minerva levantando voo ao entardecer.

A melancolia é a afecção que melhor caracteriza a idade do trágico, e esta mais não é do que a crise da modernidade. A sociedade de comunicação generalizada que é a nossa, sociedade mediática, onde a televisão reina de um modo indisputado, revela a crise do moderno, o que quer dizer, a crise da esperança. Sem exigência ético-política, pouco lhe importando o corpo que há que dar à comunidade, o nosso ideal democrático ganhou, na era mediática, um estatuto poético, estético, e satisfaz-se em melancolia.

E todavia, quando Max Weber explicou a dessacralização moderna pelo surgimento do Estado burocrático, da economia de mercado e da tecnociência, talvez não fosse ainda imaginável a dimensão da derrota da razão triunfante. A modernidade dessacralizava a razão secularizando-a, mas ao perder o carácter de princípio universal e intemporal, e ao adquirir uma dimensão histórica culturalmente determinada, que a confinava à idade da técnica, a razão deixava, entretanto, de ser olhada como o que salva e passava a constituir uma ameaça aos próprios valores humanos.

Sabemo-lo hoje, o Estado burocrático abraça-nos como só um urso nos pode abraçar, quebrando, na razão monológica do controle, não apenas a ideia de um sujeito singular e livre, mas também o sentido das suas práticas. Curioso destino este, o do nosso ideal democrático. Fundado no contrato livremente consentido, que um Estado de direito corporiza, e permitindo o sonho de uma sociedade governada em nome do bem, do justo e do verdadeiro, vemo-lo agonizar agora de aborrecimento num quotidiano higienizado e atolado no indiferentismo e absentismo políticos.

Por sua vez o mercado, com a regra da competição total, fala-nos de um mundo raso, um mundo de troca total, sujeito ao princípio da moeda, que é o equivalente geral de toda a mercadoria, bens, corpos e almas.

Já a tecnociência, vemo-la constituir-se como uma realidade separada. Ela não se cinge mais à simples instrumentalidade. Investe agora a própria natureza e substitui-se à escatologia, como se das suas realizações protésicas e clónicas (próteses de silicone, implantes de cabelo, implantes electrónicos no cérebro para realizar up grades de inteligência, implantes de embriões clonados para apurar a raça humana) pudéssemos esperar a superação da nossa insuficiência e a destruição da morte.

Esgazeada entretanto pela ideia da competição total, a Cidade domestica a aventura humana, deixando-se embarcar em viagens tranquilas e sem risco ao reino da evasão, do exotismo e do fantástico, viagens essas que as tecnologias e os media lhe prodigam em fartos borbotões, e vive anestesiada, sem nenhuma espécie de compromisso com a época e com as ideias que a motivam.

A televisão inscreve-se neste processo de dessacralização moderna, que se desloca do paradigma da palavra para o paradigma da visão, por injeção e mobilização tecnológicas. Realizando-se como comunicação, consumo e lazer, a televisão é hoje uma realidade abismada pelo fantasma da transparência comunicacional, deleitando-nos, mais do que qualquer outro medium, numa calda de emoções, que traveste de uma euforia puxada à manivela a aventura humana.

Reverberante de luz, a televisão realiza a nossa modernidade como racionalidade tecnológica e como experiência estética. Ou seja, a televisão não só nos inebria num pluralismo de jogos e simulacros, como, por outro lado, chafurda sem esperança num quotidiano transformado na presa fácil de uma transcrição ruidosa e incessante, que o nega enquanto quotidiano em que arriscamos a pele.

Falando especificamente da televisão pública, é possível dizer que desde sempre ela foi entre nós uma realidade de carácter estatal, que serviu todos os governos, sem que alguma vez tivesse servido público algum. E hoje, além de estatal, a televisão pública é uma realidade mercantil, porque mercantis são todas as televisões privadas, cujo modelo ela tem reproduzido.

O serviço público de televisão não pode, todavia, confinar-se nunca a um vínculo estatal, que significaria sempre uma obediência governamental. Deve, sim, falar uma voz civil, o que não quer dizer que venha a constituir-se como uma Babel de tempos de antena. Por voz civil entendo uma polifonia de vozes, as vozes de todos os públicos a que o serviço público se destina. É que a sociedade civil está nos públicos, nessa polifonia organizada de vozes livres. Sendo nossa condição moderna termos um Estado que burocratiza e controla, termos também um mercado que nos impõe a tirania do sucesso, sendo todo o sucesso ganhar audiência, e fazendo ainda parte da nossa condição moderna sermos investidos pela tecnociência que esteticiza o mundo e nos anestesia, a sociedade civil, uma sociedade de homens livres, não pode deixar de intervir sobre o melhor rumo a dar ao pensamento e ao exercício de um serviço público de televisão.

A sociedade civil funda-se no amor pela liberdade, pois apenas os actos livres podem demonstrar a sua existência. Será então um acto de liberdade cívica, por exemplo, aceitar pagar uma taxa que assegure a estabilidade financeira da televisão pública. Essa é, aliás, uma condição necessária, embora não suficiente, a um serviço público de televisão. Como garantir de outro modo a sua independência política diante dos governos e a qualidade da sua programação no meio da impiedosa selva da concorrência entre anunciantes? É também um acto de liberdade cívica fiscalizar o serviço público prestado. Fiscalizar é assegurar qualidade. E não será menor acto de liberdade cívica participar na produção de conteúdos. Aos criadores, promotores e divulgadores culturais, às Universidades, designadamente àquelas que formam profissionais dos media, às instituições educativas, científicas, artísticas e culturais, devem ser garantidas efectivas condições de acesso às grelhas de programação, por exemplo através de um concurso permanente de ideias de programas.

A ideia de serviço público deverá sempre saber contrapor à melancolia, a essa sereia estética que se satisfaz em euforia libidinal e retórica e em simulacro diletante e descomprometido, o critério ético do desassossego crítico, que faça acto da responsabilidade que temos pelo nosso estado e pelo estado do mundo. É um facto, vejo a televisão de serviço público como um lugar de liberdade irrestrita, como o lugar de uma democracia a vir. Acima de tudo, a

televisão de serviço público encarna para mim um princípio de resistência crítica face à mediocridade audiovisual, uma força de dissidência diante de todas as tutelas, políticas, ideológicas e mercantis, e uma chancela de criatividade que assegure as possibilidades da (a)ventura humana.

Insisto neste último aspecto, cabe à televisão de serviço público, como finalidade última, a salvaguarda das possibilidades da (a)ventura humana, quer para o todo nacional, quer para a diversidade dos seus públicos, uma diversidade que é etária, territorial, étnica e sócio-cultural, e que é feita também de muitas margens e mesmo de ocultações. Uma televisão de serviço público deve saber colocar-se sempre no horizonte de uma comunidade partilhada, reclamando-se da humanidade do outro, seja ele a criança, o jovem ou o idoso, o cidadão excluído ou o bem sucedido, o cidadão iletrado e o iliterato ou o erudito, o cidadão marginalizado e desqualificado ou o cidadão realizado.

Se alguma promessa pode realizar um serviço público de televisão será exactamente essa, a de se colocar de raiz no horizonte de uma comunidade partilhada. O livro que dão à estampa os investigadores do Projecto «Mediascópico», do Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, não tem outro fio condutor. A proposta de Televisão e Cidadania consiste, sintetizando, em «fazer da vida social o centro de gravidade a partir do qual o serviço público é pensado, se estrutura e concretiza». Do que se trata neste livro é, com efeito, de associar os cidadãos à própria ideia de serviço público de televisão, desde a sua definição política, às formas que o concretizam e à avaliação do serviço prestado.

MOISÉS DE LEMOS MARTINS

Director do Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade